

DESTAQUES

AGENDA DA CÂMARA

LIRA: REFIS SER VOTADO NESTE ANO E PL DAS FAKE NEWS FICA PARA 2022

Também foi fechado entendimento sobre PL que regulamenta a cobrança do diferencial de alíquota de ICMS

ÉRICO OYAMA E FELIPE AMORIM

[Leia Mais](#)

STF: MAIORIA MANTÉM ISS SOBRE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PERSONALIZADO

Ministros votaram na mesma linha do julgamento sobre a tributação de softwares em geral

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

SENADO CORRE PARA PRORROGAR DESONERAÇÃO DA FOLHA ATÉ 2023

EDSON SARDINHA

O Senado corre contra o relógio para garantir a aprovação do projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores, que acaba no próximo dia 31, até o fim de 2023. Os senadores só terão mais duas semanas de trabalho este ano. O relator da proposta no Senado, o senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB), adiantou ao Congresso em Foco que o texto deverá ser votado ou no dia 14 ou no dia 15.

“O tema desoneração que me cabe relatar, nós estaremos a fazê-lo na semana do dia 13 ao dia 17”, disse Veneziano. Como o projeto só chegou na quinta-feira ao Senado, o relator conta que ainda não analisou se fará mudanças, mas ressaltou que o prazo é exíguo e que qualquer mudança de mérito pode inviabilizar a aprovação do projeto este ano, a tempo de permitir a prorrogação da desoneração. O conteúdo deste texto foi publicado antes no Congresso em Foco Insider, serviço exclusivo de informações sobre política e economia do Congresso em Foco. Para assinar, entre em contato com comercial@congressoemfoco.com.br.

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/senado-corre-para-prorrogar-desoneracao-da-folha-ate-2023/>

MULTINAÇIONAIS VENCEM JULGAMENTOS SOBRE PREÇO DE TRANSFERÊNCIA NO CARF

1ª Turma da Câmara Superior analisou quatro casos, dois deles na sessão de ontem

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

EMPRESAS RECORREM AO JUDICIÁRIO CONTRA CARTÉIS

Autores buscam reparação por prejuízos com prática ilegal

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

EM 30 DIAS

TRF-4 OBRIGA RECEITA FEDERAL A RESTITUIR CRÉDITO RECOLHIDO A MAIOR

Por Rafa Santos

O juízo da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu dar provimento a mandado de segurança para que a Receita Federal seja obrigada a restituir crédito recolhido a maior no prazo de 30.

[Leia Mais](#)

CONSUMIDOR BRASILEIRO PODERÁ FAZER DENÚNCIA EM PLATAFORMA INTERNACIONAL

Agências internacionais de proteção ao consumidor serão utilizadas para evitar fraudes

Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

MARKETPLACES TERÃO QUE MUDAR PROPAGANDAS SOBRE "ENTREGA MAIS RÁPIDA DO PAÍS"

Americanas.com (B2W), Magazine Luiza e Mercado Livre alegavam serem as mais céleres

Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

PAROU TUDO

STF ADIA DECISÃO SOBRE INCLUSÃO DE PARTE NA SENTENÇA OU EXECUÇÃO TRABALHISTA

Por Severino Goes

[Leia Mais](#)

POSSE DE NOVO MINISTRO SERÁ NO DIA 16

Mendonça apareceu no Palácio do Planalto para encontrar Bolsonaro, sem saber que o presidente havia viajado

Por Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

[Leia Mais](#)

SUPREMO DECLARA VALIDADE DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Para a maioria do colegiado, as mudanças visam aumentar a eficácia na prestação dos serviços de água e esgoto, resolvendo problemas crônicos do modelo anterior.

[Leia Mais](#)

NUNES MARQUES INTERROMPE JULGAMENTO SOBRE DEMISSÃO POR RECUSA À VACINA DA COVID-19

Quatros ministros já tinham votado para manter suspensão de portaria que havia proibido a demissão de quem não se vacinou

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia Mais](#)

EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DE BAIXO VALOR POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR É TEMA DE RECURSO NO STF

O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da matéria.

[Leia Mais](#)

CRESCER PROTAGONISMO DE ROSA WEBER NO STF

Refratária à imprensa, ministra manda recados ao presidente nos autos

Por Luísa Martins — De Brasília

[Leia Mais](#)

1ª SEÇÃO

STJ DECIDE QUE INSUMO APLICADO EM PRODUTOS NÃO TRIBUTADOS GERA CRÉDITO DE IPI

Com isso, os ministros negaram provimento aos embargos de divergência interpostos pela Fazenda Nacional.

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

PRIMEIRA SEÇÃO APROVA DUAS NOVAS SÚMULAS

A Primeira Seção do Superior de Justiça (STJ), especializada em direito público, aprovou nessa quinta-feira (2) dois novos enunciados sumulares.

As súmulas são o resumo de entendimentos consolidados nos julgamentos e servem para a orientação da comunidade jurídica a respeito da jurisprudência do tribunal.

Os enunciados serão publicados no Diário da Justiça Eletrônico, por três vezes, em datas próximas, nos termos do artigo 123 do Regimento Interno do STJ. Confira as novas súmulas:

Súmula 652 – A responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

Súmula 653 – O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/03122021-Primeira-Secao-aprova-duas-novas-sumulas.aspx>

É INCABÍVEL A QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO COMO MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA, DECIDE TERCEIRA TURMA

Considerando que o sigilo bancário é direito fundamental, passível de ser afastado apenas para a proteção do interesse público, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que é incabível a quebra desse sigilo como medida executiva atípica para a satisfação de interesse particular.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

JURISPRUDÊNCIA DO STJ

NÃO INCIDE ISS SOBRE DESÁGIO DE ATIVIDADES DE FACTORING, DIZ TJ-SP

O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) incide apenas sobre o preço dos serviços prestados, não havendo que se falar na tributação em relação à renda auferida pela compra de direitos creditícios, pois tal atividade não configura prestação de serviço.

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CONTRIBUINTE PODE VENCER NO CARF CASOS DE ÁGIO

Conselheiros estão divididos em relação à legalidade de laudo apresentado só após o fechamento do negócio

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

CARF AFASTA COBRANÇA MILIONÁRIA DE EMPRESA DO GRUPO SILVIO SANTOS

Foi vencedora a tese de que a pessoa física cedeu direitos de imagem e voz, e não prestou serviços, como alegava o fisco

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

RESERVA TÉCNICA DE OPERADORA DE SEGUROS NÃO COMPÕE BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS

Prevaleceu voto divergente de que, para haver a incidência, receitas teriam que ser de prestação de serviço ou venda de produto

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

FAZENDA VENCEU

CARF: REPASSE INFERIOR AO CONTRATUAL DE EMPRESA LIGADA CARACTERIZA OMISSÃO DE RECEITA

Placar na 1ª Turma da Câmara Superior ficou em cinco a três contra o contribuinte

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATOR DA REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA DIZ QUE PROJETO SERÁ ARQUIVADO

Por Folhapress — Brasília

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator da reforma do Imposto de Renda no Senado, afirmou nesta sexta-feira que o projeto será arquivado. Ele ainda defendeu que uma nova proposta seja criada e disse que a única parte do texto que tem chance de ser votada é a que trata das novas regras de taxação para pessoas físicas.

[Leia Mais](#)

EM DOIS TURNOS

PEC DOS PRECATÓRIOS: SENADO FINALIZA VOTAÇÃO E TEXTO VOLTA PARA A CÂMARA

Proposta de emenda constitucional abre espaço fiscal para o pagamento do tíquete de R\$ 400 do Auxílio Brasil

ÉRICO OYAMA e RAQUEL ALVES

[Leia Mais](#)

CÂMARA APROVA ACORDO DE TROCA DE INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS COM DOIS PARAÍSOIS FISCAIS

Os textos tiveram aprovação simbólica e seguem agora para o Senado
Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

SEGUE PARA O SENADO

CÂMARA APROVA PEC QUE MANTÉM INCENTIVOS AO SETOR DE TECNOLOGIA

Proposta foi aprovada em dois turnos de votação, com placares de 353 a 9 votos e de 333 a 8 votos

FELIPE AMORIM

[Leia Mais](#)

MUDANÇAS

CÂMARA APROVA REVOGAÇÃO DE SUBSÍDIOS A MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE

Com mudanças, texto aprovado pelos deputados agora retorna para votação final do Senado

FELIPE AMORIM

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".

